

ANTÓNIO MENDONÇA / Bastonário da Ordem dos Economistas

UM PACTO PARA O CRESCIMENTO

Esperava-se que, com a integração europeia, Portugal recebesse do exterior os estímulos necessários à afirmação de um novo modelo económico, mais dinâmico, mais inovador, que impulsionasse a competitividade das empresas e, simultaneamente, permitisse uma convergência rápida com os padrões de desenvolvimento dos parceiros europeus mais desenvolvidos.

A realidade não correspondeu, no entanto, inteiramente a estas expectativas.

Depois de um período inicial promissor, em que Portugal pareceu querer seguir o caminho pretendido – e que, grosso modo, se estende da adesão à Comunidade Europeia, em 1986, até ao início do euro, em 1999 –, as coisas começaram a derrapar, afirmando-se uma tendência estagnante, que as crises de 2008-2009 e da Covid-19 só acentuaram.

Mais do que invocar fatores conjunturais, é necessário olhar para os fatores estruturais que continuam a bloquear a afirmação de um novo modelo económico com coerência e consistência internas e que, simultaneamente, se ajuste às atuais dinâmicas de integração na economia europeia e global.

São vários esses fatores, e verifica-se um relativo consenso no que toca ao diagnóstico da situação. Será necessário estender este consenso a um conjunto de medidas que permita superar os constrangimentos e os bloqueios à recuperação de uma dinâmica sustentada de crescimento.

O País necessita de um pacto para o crescimento, que mobilize as forças políticas e sociais, os agentes económicos e empresariais e que seja aplicado numa perspetiva estratégica de médio e longo prazo.

A realização deste desiderato será o grande desafio que os vencedores das eleições em curso deverão assumir perante os portugueses.

E nesta perspetiva permito-me destacar duas iniciativas que, a meu ver, serão fulcrais, particularmente no contexto da aplicação do PRR:

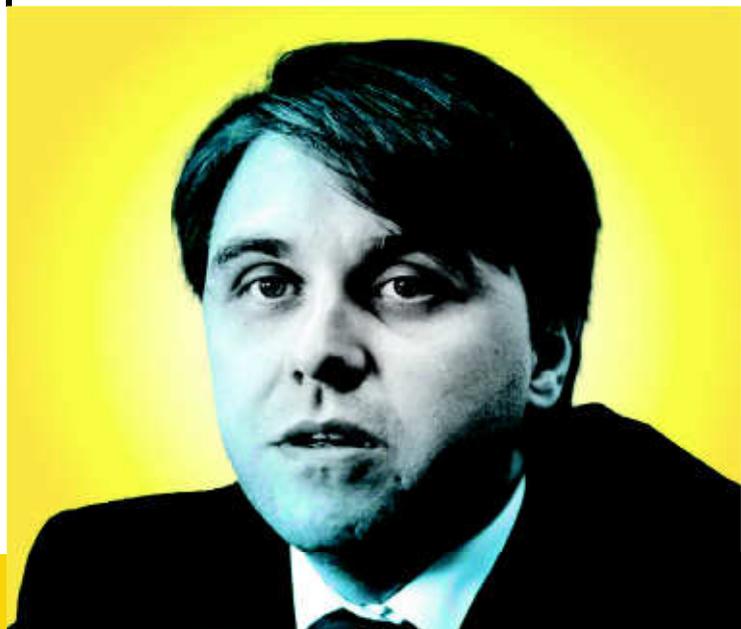
- Uma reforma fiscal orientada para o crescimento, conciliando um desagravamento fiscal das classes médias com incentivos à inovação empresarial, coerência do sistema produtivo e competitividade externa;
- Uma reforma da Administração Pública, no sentido do rejuvenescimento, requalificação e prestígio.



NUNO RANGEL / CEO da Rangel Logistics Solutions

FERROVIA E APOIO ÀS EXPORTADORAS

A medida que o governo, seja ele qual for, deveria tomar na próxima legislatura é de apoio às empresas nacionais exportadoras de bens. Apoio na promoção das exportações, criando mais empresas exportadoras e dando auxílio à competitividade dessas empresas exportadoras. É essencial diminuir os custos de contexto, reduzir os custos energéticos, da carga tributária e dar apoio à retenção de talento humano em Portugal. Por último, é importante continuar a investir numa oferta de rede de infraestruturas logísticas. Neste último ponto, a oferta de uma rede ferroviária com frequência e capacidade para transportar as cargas produzidas em Portugal é uma das medidas há muito aguardadas.



NAZIM AHMAD / Representante diplomático do Imamat Ismaili em Portugal

SOLIDARIEDADE PARA COM OS MAIS DESFAVORECIDOS

Escolher uma medida que deva estar na mira do próximo governo português é uma tarefa hercúlea, numa altura tão particular como a que atravessamos, em que qualquer governo, em qualquer parte do mundo, é confrontado com um quadro tão complexo de desafios, da Economia à Saúde, da Segurança à Justiça, da Educação

à Imigração, só para mencionar alguns setores.

Seja qual for o executivo que saia das próximas eleições, não tenho dúvidas de que Portugal continuará, no futuro, a ser um exemplo na forma como o Estado se preocupa com a sua população mais frágil. É essa, naturalmente, a ideia que mais atenção me merece, ou não fosse a dignidade humana um dos valores basilares que mais norteiam o Imamat Ismaili e Sua Alteza

Aga Khan, de quem tenho a honra de ser representante diplomático em Portugal e em Moçambique. Assim sendo, mais do que uma medida, gostaria de escolher um setor que, estou certo, continuará a ser prioritário para o governo português: o da solidariedade para com os mais desfavorecidos, enquanto etapa incontornável na senda de uma sociedade em que todos têm lugar e acesso a oportunidades.